

1                   **ATA 6º DE REUNIÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE**  
2                   **ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
3                   **DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE**  
4

5   Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião  
6   virtual, realizou-se a sexta Sessão Ordinária e Extraordinária do Conselho de Administração do  
7   Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de  
8   2022, sob a presidência do Dr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de  
9   Administração do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária. **1)**  
10 **Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos  
11 conselheiros representantes do Governo do Estado, titulares Thiago Dapper, Mauro Luciano  
12 Hauschild, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), e  
13 Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos segurados titulares Kátia  
14 Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e  
15 Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). Além destes,  
16 a reunião contou com a presença do Secretário de Planejamento, Governança e Gestão do Estado,  
17 Cláudio Gastal, do Diretor administrativo-financeiro, Vladimir Dal Bem, do Diretor de Provimento  
18 de Saúde, Antônio Quinto, do Diretor de Relacionamento com o Segurado, Paulo Gnoatto, da  
19 Diretora de Planejamento e Orçamento do IPE Saúde, Mary Liliâne Cavalheiro Mendes, da Suplente  
20 Itamê Sandri Westphalen, do Suplente Danilo Krause, da Assessora Elis Silva, da Assessora Daniela  
21 Heller, da Economista e Técnica Dieese assessoria CPERS, Anelise Manganelli, e do Assessor jurídico  
22 da CPERS, Raphael Chlaem. **2) Ausências justificadas.** Todos os conselheiros presentes. **3)**  
23 **Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 10 de março de 2022.** Ata aprovada por  
24 unanimidade, sem retificações. **4) Correspondências expedidas.** Ofício nº 10/2022 dando  
25 conhecimento sobre a solicitação de exoneração do ex-conselheiro, Júlio César Viero Ruivo, e seu  
26 respectivo suplente, Rafael Amaral; Ofício nº 11/2022, no PROA nº 22/2441-0002718-5,  
27 encaminhando ofício remetido pela União Gaúcha solicitando investigação interna de clínicas  
28 oncológicas. **5) Correspondências recebidas.** PROA nº 22/2441-0002718-5 em resposta a  
29 solicitação de investigação interna de clínicas oncológicas. **8) Reunião com Secretaria de**

30 **Planejamento, Governança e Gestão sobre situação financeira do IPE Saúde.** O presidente do  
31 Conselho de Administração, João Ricardo, iniciou o debate do tema salientando que o IPE Saúde  
32 vem enfrentando uma crise financeira que tem repercutido na mídia e atrapalhado o  
33 relacionamento com os prestadores de serviços, visto o atraso no pagamento dos honorários e  
34 insatisfação dos médicos quanto aos valores pagos pelo instituto. Na sequência de sua fala, o  
35 secretário de Planejamento, Governança e Gestão do Estado, Cláudio Gastal, iniciou suas  
36 manifestações informando que, primeiramente, é importante separar o que foi a real demanda dos  
37 hospitais e prestadores para com o IPE Saúde e o que foi publicizado na mídia. Segundo Gastal, a  
38 demanda dos hospitais foi pela não aprovação da portaria que regulamenta o preço dos  
39 medicamentos pagos pelo IPE Saúde e, por conta disto, as pautas se misturaram na sequência. Além  
40 disso, os prestadores têm questionado as dívidas do IPE Saúde e os atrasos nos pagamentos dos  
41 honorários. A partir disto, o secretário Cláudio Gastal afirmou que a posse do atual diretor-  
42 presidente do IPE Saúde, Bruno Queiroz Jatene, é uma das provas de que o Governo do Estado tem  
43 se preocupado com a gestão do plano de saúde dos servidores, visto seu histórico curricular como  
44 ex-secretário de Finanças da Secretaria da Fazenda do Estado. Não é pertinente importar-se apenas  
45 com as receitas do IPE Saúde, como é importante dar atenção também às despesas da autarquia,  
46 disse Gastal. Além disso, o secretário colocou para os conselheiros os demais motivos que fizeram  
47 com que o IPE Saúde se encontre em déficit, no momento. Após a fala do secretário, o presidente  
48 do Conselho, João Ricardo, salientou que todas as propostas apresentadas pela Presidência da  
49 autarquia para sanar estes problemas dependem da atualização dos sistemas de auditoria do  
50 instituto e, para isto, demanda-se recursos financeiros, o que é uma preocupação presente neste  
51 colegiado. Após as explanações, o conselheiro Ives Agamenon iniciou seus questionamentos  
52 perguntando se o Governo do Estado estuda novas fontes de receitas para o IPE Saúde, dando a  
53 sugestão das Loterias Estaduais, assunto que já tramita na Assembleia Legislativa, onde parte dos  
54 recursos poderia ser direcionado ao plano de saúde. Gastal respondeu ao conselheiro que esta é  
55 uma possibilidade que já foi discutida, inclusive, pelo atual diretor-presidente do instituto, Bruno  
56 Jatene, mas que a orientação é primeiramente focar nas receitas provindas dos planos do instituto.  
57 Além disso, Gastal salientou que a pauta das Loterias Estaduais, apesar de ser uma alternativa,

58 demanda processos legislativos que, por conta da Eleição 2022, é possível que fique parado  
59 aguardando análise dos deputados. Ives Agamenon, por sua vez, salientou que a reposição salarial  
60 dos servidores estaduais seria o mais correto a se fazer para sanar parte das dívidas do IPE Saúde.  
61 Em resposta, o secretário Cláudio Gastal afirmou que há um ajuste geral ocorrendo por parte do  
62 Governo do Estado no salário dos servidores, e que isso pode melhorar um pouco a saúde financeira  
63 do IPE Saúde, porém é necessário trabalhar com equilíbrio e lembrando que o Governo do Estado  
64 está com um processo inflacionário muito grande. O presidente do Conselho, João Ricardo, em sua  
65 fala, salientou que uma das alternativas relevantes para sanar os problemas do IPE Saúde é pela  
66 efetivação do ingresso dos segmentos que integram o Plano de Assistência Médica das Entidades  
67 de Registro Profissional - PAMERP. João Ricardo questionou se este não seria o momento do  
68 Governo do Estado priorizar as alterações legislativas. Cláudio Gastal esclareceu que o Governo do  
69 Estado não deixará de encaminhar nenhum projeto dos temas prioritários à Assembleia Legislativa,  
70 porém que é necessário se conscientizar que este é um ano eleitoral, onde existem dificuldades de  
71 aprovação para qualquer matéria. Na sequência, o diretor-administrativo financeiro do IPE Saúde,  
72 Vladimir Dal Ben, esclareceu que o PAMERP já está aprovado na Assembleia Legislativa e que as  
73 tratativas estão aguardando posicionamentos da OAB/RS, principalmente no que diz respeito ao  
74 cálculo atuarial e prazo mínimo de permanência no plano. Já o conselheiro Thiago Dapper  
75 colaborou com os esclarecimentos, informando que a alteração legislativa sobre os pontos do  
76 PAMERP já está sob análise da Casa Civil. Thiago informou, também, que a PROCERGS deu um prazo  
77 até o fim de abril de 2022 para disponibilizar a ferramenta que atenderá a inclusão dos servidores  
78 da OAB/RS no PAMERP. Na sequência, a conselheira Kátia Terraciano posicionou-se informando  
79 que os problemas do Estado, citados anteriormente, são exclusivamente problemas do Governo, e  
80 que ao Conselho de Administração do Instituto cabe preocupar-se com o Fundo de Assistência à  
81 Saúde – FAS que está vazio. Katia salientou quatro pontos que acredita serem fundamentais: As  
82 contribuições paritárias das pensionistas atrasadas dos anos de 2015 a 2018, considerando também  
83 os juros sob a dívida original - esta que já ultrapassa o valor de R\$ 500 milhões; O não repasse do  
84 percentual de RPV's e Precatórios de longa data reservados ao IPE Saúde, onde somente de RPV's  
85 soma-se em torno de R\$ 74 milhões, sem falar nos valores relativos a precatórios; a falta de

86 reposição salarial dos servidores estaduais, que têm impacto direto da receita do FAS ,congelada  
87 há 8 anos e por fim, a situação dos imóveis pertencentes ao IPE Saúde que foram apropriados pelo  
88 ao Governo do Estado, cujo os valores deveriam ser repassados ao Instituto. Segundo a conselheira  
89 Kátia, o instituto sequer tem um sistema adequado para fazer reuniões virtuais e híbridas, quanto  
90 mais para auditar as despesas. Neste caso, a conselheira salientou que o IPE Saúde precisa dos  
91 recursos que lhe pertencem por força de Lei e que o estado não pode se apropriar destes recursos  
92 sendo que o instituto está no meio de uma grande crise financeira. Kátia Terraciano lamentou,  
93 também, a forma com que o Governo do Estado tem alterado a gestão do IPE Saúde, fazendo do  
94 instituto “Casa de Passagem Política-Partidária”. O secretário Cláudio Gastal respondeu a  
95 conselheira informando que anotou todas as questões salientadas e que responderá a demanda  
96 posteriormente, quando obtiver informações completas. Já o conselheiro Antônio de Pádua  
97 questionou sobre a contratação dos servidores aprovados no Concurso Público do IPE Saúde e a  
98 que pé estão estes processos, salientando que o instituto está em defasagem de mão de obra e  
99 que, mesmo com uma gestão impecável, não é possível realizar todas as funções necessárias para  
100 atender os 1 milhão de segurados do plano. Já o conselheiro Álvaro Panizza iniciou sua fala dizendo  
101 que a principal preocupação de todos é que não sejam negados os atendimentos aos segurados do  
102 plano e, considerando isto, colocou sobre a melhoria do processo de gestão do instituto e melhoria  
103 de performance de auditoria médica, o que demanda técnicos e sistemas adequados, e questionou  
104 sobre a possibilidade de se pensar em alternativas para estes impasses. Álvaro também citou a  
105 situação dos imóveis em nome do IPE Saúde, juntando-se às manifestações da conselheira Kátia  
106 Terraciano, perguntando se o Governo do Estado não pode repassar estes valores agora, visto que  
107 foi comprovado em Lei a melhora da situação financeira do Governo. Álvaro também colocou  
108 outras questões pelas quais acredita que o IPE Saúde está pecando na forma de gerir as ações e  
109 solicitou que o Governo pensasse nas novas formas de agir citadas anteriormente. O secretário  
110 Claudio Gastal esclareceu que a SPGG está trabalhando neste viés da melhoria de gestão do  
111 instituto e que é uma preocupação do Governo do Estado que os servidores credenciados ao plano  
112 de saúde tenham seus atendimentos garantidos. Quanto a questão do Concurso Público, Gastal  
113 esclareceu que é um tema prioritário para o Governo do Estado e que este e outros processos serão

114 levados ao governador para análise. O presidente João Ricardo, por sua vez, informou ao secretário  
115 Cláudio Gastal que o Conselho de Administração já aprovou os temas da nova Estrutura  
116 Organizacional do IPE Saúde e Processo Sucessório, onde contemplam a disposição dos novos  
117 servidores aprovados no Concurso Público e suas respectivas funções, portanto só falta agora a  
118 implementação desta estrutura. Na sequência o diretor administrativo-financeiro da autarquia,  
119 Vladimir Dal Ben, esclareceu que, para a implementação da estrutura, demanda-se processos que  
120 ainda estão em fase de análise e também relatou que o IPE Saúde tem trabalhado numa força tarefa  
121 em relação aos imóveis, levantando-se até o momento um aporte de R\$ 30 milhões. Além disso, o  
122 diretor também relatou ao conselho que a homologação do Concurso Público está para ser  
123 instituída nos próximos dias, pois o IPE Saúde já tem o parecer aprovado pela Procuradoria Geral  
124 do Estado, e também sobre questão de auditoria médica que já está sendo estudada no instituto,  
125 entre outras ações. Já a conselheira Vera Lessês manifestou-se informando que a “consulta por  
126 fora” cobrada pelos médicos credenciados acontece em todo o estado do Rio Grande do Sul e que  
127 isto é um dos principais problemas recorrentes no IPE Saúde e posicionou-se, como representante  
128 do Cpers, sobre a reposição de 32% no salário dos servidores do magistério que considera “fake”,  
129 pois, segundo a conselheira, a maioria dos professores está pagando o seu próprio subsídio - apenas  
130 14,6% tiveram, efetivamente, uma reposição acima de 30%. Por conta disto, salientou achar  
131 importante que haja um levantamento de quanto melhorou as receitas do IPE Saúde após esta  
132 recomposição salarial citada, pois, na sua visão, não se pode apostar todas as fichas numa reposição  
133 salarial simbólica. Além disso, a conselheira solicitou ao secretário Cláudio Gastal que fosse levado  
134 ao Governo do Estado a importância de se pensar em estratégias para punir e coibir os prestadores  
135 que praticam a cobrança por fora do plano. O conselheiro Antônio Andreazza, também  
136 representante do Cpers, manifestou-se em apoio as falas da conselheira Vera Lessês e dizendo que  
137 sempre priorizaram o IPE Saúde como uma instituição pública, solidária e importante aos servidores  
138 do estado, e que o Conselho de Administração, desde sua implementação, tem encontrado  
139 dificuldades em auxiliar a gestão do instituto. Além disto, Antônio Andreazza salientou que os  
140 aposentados e idosos que não tem acesso à internet, no momento encontram-se sem subsídio  
141 ferramentas para encaminhar suas solicitações ao IPE Saúde, visto o fechamento dos postos de

142 atendimento do instituto no interior do estado, e que espera que o Governo do Estado olhe para  
143 esta pauta. O secretário Cláudio Gastal esclareceu que há um projeto chamado Facilitadores IPE  
144 Saúde que faz contrato com as prefeituras dos municípios a fim de dar este subsídio aos segurados  
145 do interior. Já sobre a recomposição salarial do magistério, Gastal adiantou que o Governo do  
146 Estado está estudando o tema para as próximas legislações. Na sequência, Thiago Dapper  
147 esclareceu que a recomposição salarial dos professores aumentou a receita do IPE Saúde em cerca  
148 de R\$ 40 milhões por ano. Por fim, o secretário Cláudio Gastal encerrou suas manifestações  
149 afirmando que o Governo do Estado tem trabalhado para sanar os principais impasses travados  
150 pelo IPE Saúde, colocando-se também à disposição para atender o Conselho. **9) Auditoria nas**  
151 **clínicas oncológicas.** Para dar início às discussões do tema, o presidente do Conselho de  
152 Administração, João Ricardo, questionou o diretor de Provimento de Saúde, Antônio Quinto, se  
153 haveria alguma atualização quanto às auditorias realizadas nas clínicas oncológicas. Antônio  
154 Quinto, por sua vez, respondeu que no dia 08 de janeiro a diretoria de Provimento de Saúde  
155 recebeu uma denúncia anônima sobre três clínicas oncológicas nas cidades de Porto Alegre,  
156 Igrejinha e Santa Maria, onde iniciou-se uma investigação interna por parte do instituto e observou-  
157 se um destaque maior na clínica de Igrejinha. Na sequência, a diretoria solicitou os últimos  
158 prontuários para o prestador a fim de análise pela autarquia. Antônio Quinto relatou aos  
159 conselheiros o número de atendimento e de faturamento analisados nesta clínica, onde  
160 demonstrou-se cobranças irregulares e excessivas ao IPE Saúde. De forma imediata, o IPE Saúde  
161 suspendeu os atendimentos por parte desta clínica ao mesmo tempo que comunicaram os  
162 pacientes que deveriam ser atendidos em outro prestador de serviços, de forma temporária. Em  
163 reunião desta clínica com a diretoria de Provimento de Saúde, o prestador informou que também  
164 estava prestando atendimentos oncológicos na cidade de Sapiranga, porém o IPE Saúde não tem  
165 credenciamento desta clínica na cidade citada. Antônio Quinto esclareceu que, muito  
166 provavelmente, a clínica de Sapiranga estava utilizando o Pinpad da clínica de Igrejinha, c prática  
167 irregular e ilegal por parte do prestador. O diretor Antônio Quinto relatou, ainda, que a maior parte  
168 das irregularidades nas cobranças ao instituto referiam-se à utilização de medicamentos com  
169 custos muito maiores que os medicamentos de rotina já utilizados nas outras clínicas oncológicas.

170 O diretor manifestou, ainda, seu descontentamento quanto a ficar sabendo de algumas falhas do  
171 próprio sistema do IPE Saúde a partir de irregularidades ou comunicados dos prestadores. Por conta  
172 deste relato, o presidente João Ricardo questionou se há outros casos semelhantes de falhas no  
173 sistema do IPE Saúde e Antônio Quinto informou que o instituto está analisando o sistema, após a  
174 descoberta da irregularidade com a clínica oncológica de Igrejinha. Por conta disto, os conselheiros  
175 debateram sobre a precificação dos medicamentos, onde os prestadores geralmente cobram  
176 valores muito maiores que os praticados por tabela e fábrica. O conselheiro Ives Agamenon  
177 solicitou que fosse realizado um levantamento das inconsistências encontradas no sistema do IPE  
178 Saúde e qual é o servidor que faz as alterações neste sistema. Por conta disto, o presidente João  
179 Ricardo salientou que esta análise faz parte do sistema de controle do IPE Saúde e que o  
180 acompanhamento disto é de extrema importância para que não haja outras irregularidades futuras.  
181 Antônio Quinto relatou que a análise das irregularidades no sistema do IPE Saúde já iniciou, desde  
182 setembro de 2021, onde foi reduzindo alguns custos obtidos com procedimentos, materiais e  
183 medicamentos, e a previsão é de que seja reconstruída a tabela própria de valores do IPE Saúde a  
184 fim de reduzir os gastos excessivos pagos aos prestadores - pauta que já está gerando muitas  
185 manifestações por parte dos prestadores credenciados. Referente às outras clínicas citadas dos  
186 municípios de Porto Alegre e Santa Maria, Antônio Quinto esclareceu que estão em fase de análise  
187 de prontuários. Após os esclarecimentos e debates, a conselheira Kátia Terraciano questionou o  
188 diretor Antônio Quinto sobre a alteração na portaria que regula o exame oncológico PET CT,  
189 possibilitando uma maior flexibilização na autorização deste exame, tornando os critérios mais  
190 justos e focados na prevenção. Antônio Quinto esclareceu que a diretoria solicitou que fosse  
191 realizado um levantamento sobre a questão e já construíram um rascunho sobre a nova portaria,  
192 que possivelmente será publicada em breve pela Presidência do IPE Saúde. Aproveitando o debate,  
193 a conselheira Vera Lêsses informou que tem recebido muitas reclamações referentes a demora no  
194 credenciamento de novos prestadores no IPE Saúde e solicitou que a diretoria de Provimento de  
195 Saúde dê uma atenção especial aos credenciamentos, principalmente, no interior do estado que  
196 está com déficit de prestadores para atender as demandas dos segurados do plano. Antônio Quinto  
197 informou que isto tem ocorrido, pois há uma necessidade por parte do instituto de organizar esses

198 credenciamentos e analisar onde, de fato, estão faltando prestadores de serviços no estado. **10)**  
199 **Abertura de reunião extraordinária, relato sobre reunião com o diretor-presidente do IPE Saúde,**  
200 **Bruno Jatene, e discussão sobre auditoria de minuta da CAGE.** O presidente do Conselho, João  
201 Ricardo, começou suas manifestações relatando sobre a reunião que teve com o diretor-presidente  
202 do IPE Saúde, Bruno Jatene, sobre a crise financeira do instituto e sobre compreender os propósitos  
203 da nova gestão da autarquia. Ficou definido em reunião que a assessora Berenice Nogueira iria  
204 montar um cronograma de pautas prioritárias pelo IPE Saúde para que o Conselho consiga organizar  
205 a agenda de pautas das reuniões ordinárias do colegiado. Além disto, o presidente João Ricardo  
206 relatou também sobre uma das demandas que o Conselho de Administração vem debatendo com  
207 a Presidência do IPE Saúde que trata sobre uma sala específica para o Conselho de Administração  
208 fazer suas reuniões de forma híbrida, pois os equipamentos próprios para a realização das reuniões  
209 já foram adquiridos e estão aguardando um local para que seja devidamente instalado. Na  
210 sequência, João Ricardo questionou sobre o assunto ao diretor administrativo-financeiro do IPE  
211 Saúde, Vladimir Dal Ben. O diretor Vladimir informou ao Conselho que, atualmente, não existe  
212 nenhuma sala disponível no instituto para o funcionamento das reuniões do colegiado e que a única  
213 sala prevista pelo Conselho está ocupada com mobiliário, sem possibilidade de transferência dos  
214 itens para outro local. Neste sentido, o diretor Vladimir informou que a Diretoria Administrativa-  
215 Financeira está estruturando o 8º e 9º andar para a disponibilização de novas salas no instituto e  
216 que nesta estrutura está prevista uma sala específica para o colegiado. Desta forma, o diretor disse  
217 que, por enquanto, apenas a sala de reuniões da Presidência do IPE Saúde está disponível, local  
218 onde serão instalados os equipamentos solicitados pelo Conselho. Desta forma, o presidente João  
219 Ricardo reiterou a importância de que a instalação do equipamento seja realizada para viabilizar as  
220 reuniões do Conselho com qualidade e solicitou que o equipamento estivesse instalado já no dia  
221 07 de abril de 2022, quando ocorrerá a 7ª reunião ordinária híbrida do Conselho de Administração.  
222 Na sequência das manifestações, as conselheiras Kátia Terraciano e Marcia Elisa manifestaram seus  
223 descontentamentos quanto a falta de uma sala específica para que o órgão superior da autarquia,  
224 que é o Conselho de Administração, exerça suas funções, citando também o organograma do IPE  
225 Saúde que prevê a hierarquia do instituto e as funções do Conselho de Administração, além de citar



226 que é inadmissível o desrespeito dado ao colegiado. Após debates, iniciaram-se os esclarecimentos  
227 quanto ao acompanhamento das ações previstas em minuta da CAGE, onde o diretor de  
228 Relacionamento com o Segurado, Paulo Gnoatto, fez suas explanações quanto as ações tomadas  
229 por sua diretoria referente a cálculos atuariais das alíquotas do IPE Saúde, onde foram identificadas  
230 irregularidades por parte das servidoras atuariais do instituto. A partir disso, foram feitas correções  
231 na ferramenta que faz este levantamento e todos os contratos deficitários foram compensados no  
232 ano de 2021. Paulo Gnoatto também falou sobre aporte de valores com os municípios e esclareceu  
233 que o IPE Saúde não aplica esta ação. Da parte da Diretoria Administrativa e Financeira, o diretor  
234 Vladimir Dal Ben informou aos conselheiros que todos os apontamentos e resoluções tomados pela  
235 sua diretoria estão previstos na minuta da CAGE e se colocou à disposição para sanar eventuais  
236 dúvidas dos conselheiros após os mesmos tomarem conhecimento sobre o relatório final. **11)**  
237 **Assuntos de ordem geral.** Não houve. **12) Definição de pauta para a próxima sessão.** Para a  
238 reunião ordinária do dia 07 de abril de 2022, fica pautado o seguinte tema: Relatório econômico-  
239 financeiro do 4º trimestre e acompanhamento de auditoria de minuta da CAGE. **13) Encerramento.**  
240 Nada mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a  
241 presente ata que vai elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária,  
242 e pelo presidente do Conselho de Administração, Dr. João Ricardo dos Santos Costa, sendo  
243 declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros,  
244 por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim o desejarem.

245

246

**Porto Alegre, 10 de março de 2022.**

247

248

**João Ricardo dos Santos Costa**

249

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

250

251

**Thuane Liesenfeld Borges**

252

Secretária do Conselho de Administração.